

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2008.

Presente em Brasília: Léia, Luiz Antônio, João Paulo, Walter, Graça, Ricardo, Luizão, Marcos Botêlho, Chiquinho, Rolando, Almiram, Paulo Henrique, Cosmo, Moura, Miguel, Vera e Juliano.

INFORMES NACIONAIS**CONVOCATÓRIA DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA – BSB, 16 E 17/02/2008**

Convocamos as Entidades filiadas a se fazerem presente na Plenária da FASUBRA que se realizará nos dias **16 e 17 de fevereiro de 2008, a partir das 9h00**, nesta Cidade, com a seguinte Pauta:

Primeiro Dia – UnB – Auditório 2 Candangos

- Informes Nacionais
- Informe de Base
- Informes de Direção

Segundo Dia – UnB – Praça Chico Mendes

- Avaliação de Conjuntura
- Assuntos Gerais
- Encaminhamentos

DOC ANDIFES AO MINISTRO EDUCAÇÃO

Ofício ANDIFES N.º 015/08

Brasília, 11 de fevereiro de 2008.

Senhor Ministro,

Dirijo-me a Vossa Excelência para manifestar a nossa estranheza pela exclusão da Andifes do elenco de entidades que indicam nomes para compor o Conselho Nacional de Educação.

A Andifes, certamente pela sua representatividade, esteve entre as entidades que são consultadas desde a primeira composição do CNE. Em todas as oportunidades orientou as suas indicações por nomes com visão sistêmica da educação brasileira, com competência e conduta inquestionáveis, independente de vinculações políticas, ideologias ou de qualquer natureza.

Assim, com o objetivo de continuar a contribuir, tomamos a iniciativa de sugerir a Vossa Excelência os nomes dos professores **Paulo Speller** e **José Fernandes de Lima** para a Câmara de Educação Superior e do professor **Antonio Ibañez Ruiz** para a Câmara de Educação Básica. Consideramos que são educadores cujo compromisso, currículo e folha de serviços dispensam maiores apresentações.

Atenciosamente,


Reitor Arquimedes Diógenes Ciloni
Presidente da Andifes

Ministro Fernando Haddad
Ministério da Educação
Brasília, DF

C/C: Secretário Ronaldo Mota, SESu/MEC

Ofand015/2008. mal

INFORMES DA CUT

Servidores federais

**Governo diz que acordos e negociações serão mantidos, mas propõe adiamento.
CUT promete mobilização**

O governo federal garante que vai manter os acordos já firmados com os servidores e também as negociações em curso, nos mesmos termos que existem no momento, apesar do fim da CPMF. Porém, propõe o adiamento das datas para que os acordos entrem em vigor, ou uma "repactuação", na terminologia usada por Paulo Bernardo em audiência realizada na noite de quarta (30) com lideranças sindicais de 20 categorias do funcionalismo.

"O governo federal deveria falar em mexer no superávit primário, em reduzir essa montanha de dinheiro usada para pagar juros da dívida", comentou o presidente da CUT, Artur Henrique, após tomar conhecimento do resultado da reunião. Para ele, a CUT e as entidades representativas dos servidores devem manter a mobilização para pressionar pelo cumprimento dos acordos.

Bernardo, com a argumentação de que o Orçamento de 2008 ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional e de que o aumento das alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e da CSSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) dos bancos ainda deve passar pelo crivo do STF (Supremo Tribunal Federal), avalia que o momento é de insegurança quanto aos recursos disponíveis. O melhor, opinou, é aguardar a definição desses dois processos e negociar mecanismos que compensem o adiamento.

Josemilton Costa, secretário-geral da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), uma das principais entidades de servidores filiadas à CUT, informou que plenárias para discutir as mobilizações serão realizadas logo após o Carnaval.

Lúcia Reis, coordenadora do Escritório de Brasília e presença constante nas negociações entre servidores e governo, afirmou que a proposta negativa de "repactuação" de prazos não surpreendeu, pois o governo já vinha afirmando isso publicamente. Porém, em meio a essa turbulência, o inesperado foi a garantia de manutenção das negociações em curso e seus termos. "Não houve intransigência quanto a esses pontos", pondera.

Carlos Henrique de Oliveira, também coordenador do Escritório de Brasília, informa que a audiência serviu para que fossem cobradas providências quanto a outros problemas. "Reiteramos a exigência de respeito à organização e mobilização dos servidores. Deixamos claro também que o governo não deve se utilizar da recente decisão do STF de aplicar as regras do setor privado em greves no setor público, caso as categorias decidam por paralisações", diz.

NOTÍCIAS

INFORME-2

EM DEFESA DA SAÚDE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

As entidades abaixo assinadas, reunidas em Brasília no dia 30 de janeiro de 2008, reafirmam sua articulação em defesa do SUS e Seguridade Social.

Defendem a continuidade de luta por um financiamento definido, definitivo e suficiente que deverá ser assegurada pela votação imediata no Congresso Nacional da regulamentação da EC-29.

Defendem como recursos mínimos indispensáveis à saúde, aqueles negociados entre o Governo e Oposição no dia 12 de dezembro de 2007, no Senado Federal.

Defendem a proposta de regulamentação da EC-29, discutida e aprovada nas últimas Conferências Nacionais de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde e pelas várias entidades do movimento social, pelos Conselhos de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (CONASS-CONASEMS), pelas

Comissões Temáticas da Câmara e do Senado e negociada no Senado constante do relatório do Senador Augusto Botelho: mínimo de 10% da Receita Corrente Bruta da União de forma escalonada, 12% da Receita de Impostos dos Estados e 15% da Receita de Impostos dos Municípios e com o conteúdo normativo do PLP 01, aprovado na Câmara.

Defendem uma proposta de recursos federais para a saúde para o ano de 2008, tendo como ponto de partida para melhorar a eficiência e qualidade R\$ 58bi.

Defendem a busca de todas as alternativas possíveis para que se garanta fonte de receita que assegure financiamento definido, definitivo e suficiente para a saúde.

PRÓXIMOS PASSOS:

- 1) Definiu-se a necessidade de construir uma agenda de mobilização para a aprovação imediata da Regulamentação da Emenda Constitucional 29.
- 2) Será solicitada audiência pública no Senado Federal já no mês de fevereiro para discutir a regulamentação da EC-29.

Brasília, 30 de janeiro de 2008.

ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação de Saúde Coletiva

ABRES – Associação Brasileira de Economia em Saúde

CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CONASEMS – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

IDISA – Instituto de Direito Sanitário Aplicado

CT – SIOPS – Câmara Técnica do Sistema de Informações de Orçamentos Públicos em Saúde

PORTAL ANDIFES DISPONIBILIZA DAS LIBERAÇÕES DA SESU ÀS IFES

Os internautas já podem acessar as liberações orçamentárias de janeiro de 2008, destinadas pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A idéia, baseada no princípio de transparência, é facilitar a consulta a essas informações, que já são de domínio público, uma vez que se encontram publicadas nos Diários Oficiais da União.

Os dados apresentados no portal são resultado de pesquisas efetuadas em todos os Diários Oficiais da União – seções 1, 2 e 3. As informações são apresentadas em três arquivos. No primeiro, estão as informações detalhadas (em ordem alfabética de IFES), incluindo o objetivo da liberação. O segundo apresenta os dados ordenados por data de publicação. No terceiro, as informações estão resumidas (somente valores), incluindo o total acumulado no mês e no ano.

Confira as atualizações por meio do [link](#).

Clubes de servidores poderão receber recursos públicos

Nelson Pellegrino disse que o projeto é benéfico para os servidores e valoriza o bem-estar social.

A Câmara analisa o Projeto de Lei 1671/07, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), que autoriza os órgãos da administração pública a transferir recursos para clubes de caráter social, recreativo ou esportivo, mantidos por servidores. Os clubes, que desde 1990 são custeados apenas com contribuições dos associados, só terão acesso ao repasse se atuarem sem fins comerciais.

Segundo a proposta, a cada ano o órgão deverá incluir no seu orçamento as despesas com as transferências. Além disso, caberá ao órgão, em conjunto com os empregados, definir a contribuição de cada parte. Para evitar desvios de finalidade, o projeto estabelece que um órgão somente poderá repassar recursos para clube formado por seus funcionários.

O deputado Nelson Pellegrino informa que as transferências para os clubes foram autorizadas em 1975 e proibidas no Governo Collor, em 1990. Para o deputado, a iniciativa é benéfica para os servidores e se insere em uma política de recursos humanos que valoriza o bem-estar social.

Tramitação

O projeto tramita em **caráter conclusivo** nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta: - PL-1671/2007

Fonte: Agência Câmara

CALENDÁRIO DE ATIVIDADE

FEVEREIRO	
09 e 10	Reunião da Comissão de Alteração Estatutária da DN
11 e 12	Reunião dos Coletivos
13	Oficina da DN sobre Negociação Coletiva/DPC/Gestão de Estado e Carreira
14 e 15	Reunião da DN
16 e 17	Plenária Nacional Estatutária
18 a 22	Reunião do FENTAS e CNS
18 e 19	Reunião do GT Racionalização/CNS
26	Reunião da Mesa: FASUBRA/MP/MEC
MARÇO	
08	Dia Internacional da Mulher
25	Reunião da Mesa: FASUBRA/MP/MEC
ABRIL	
08	Dia Internacional da Mulher
24	Reunião da Mesa: FASUBRA/MP/MEC
MAIO	
08	Dia Internacional da Mulher
29	Dia Nacional contra o Racismo
JUNHO	
26	Reunião da Mesa: FASUBRA/MP/MEC
JULHO	
31	Reunião da Mesa: FASUBRA/MP/MEC

OBS: O Calendário do mês de **Março**, com os Encontros Regionais, será divulgado posteriormente.